

Bibliografia

Francisco Caeiro: *O Arquiduque Alberto de Áustria* — 566 pp., c. grav. Lisboa, 1961.

Tem o seu quê de coisa antiga a génese deste livro, mas é uma saborosa realidade nos feltos e conturbados dias que vivemos. Merece a pena referi-la, muito embora, infelizmente, sem aqueles primores de estilo que o caso, fora de dúvida, requerida.

O seu ilustre A., Doutor em Direito, foi (não adianta dizer a data...) atingido pelo limite de idade, quando ocupava, na plenitude dos seus recursos mentais, um posto cimeiro da hierarquia judicial: Procurador-Geral da República. Retirou-se, nessa altura e por força de tal imposição, para a quietude da sua casa solarenga — o Paço da Quinta — perto da Azaruja, num dos recantos mais viçosos da vasta planura alentejana. E ali, não se conformando com a ociosidade a que tantos se entregam nesta viragem da vida, decidiu dirigir pessoalmente, como Sá de Miranda, o amanho das terras que recebera em velha herança dos seus. Foi então, nesse novo avatar, confinado em tão calma ambiência, que sentiu, irresistível como nunca, a sua decidida vocação de historiógrafo, que as exigências dos deveres oficiais não tinham deixado até então desenvolver. Deste modo passou a repartir os seus novos cuidados de *gentleman farmer* pelas muitas horas de meditação e de estudo, que a placidez quase monástica do seu refúgio bucólico mais que nenhum outro propiciava.

Além de que, colecionador de gosto, gozava ainda do raro privilégio de possuir uma rica galeria de quadros, deles se destacando uma valiosa iconografia relativa ao arquiduque Alberto de Áustria, que foi vice-rei e inquisidor de Portugal, legado do Papa e governador e depois soberano dos Países Baixos. Ao escrupuloso estudo dessa complexa figura se consagrou, desde então, com apaixonado afínco, e dele nasceu esta obra, que é um modelo de ressurreição histórica, à Michelet — ou seja, o painel colorido, animado de vida, dado com grande sentimento pictural, de uma das épocas mais agitadas e mais dramáticas da nossa existência como nação.

Documentado como se encontrava e senhor de uma séria cultura, o resultado do seu labor não podia deixar de ser o que, efectivamente, é: uma paciente e proba reconstituição, realçada ainda pelas virtudes de um estilo movimentado e seguro, que não se confunde nunca com a banalidade, chllra

quando não enfunada, de certos historiadores (ou arquivistas?) encartados.

Pode a muitos parecer demasiado complacentes os traços, aliás vigorosos, com que o A. contorna a figura do estranho personagem e intenta (e consegue, por vezes) justificar a sua acção durante o reinado de Filipe II, para todos de sinistra memória. Está fartamente averiguado, é certo, que a evidência dos documentos coevos, surgidos mágicamente dos escaninhos dos tombos, é muitas vezes coisa bem diferente — e até oposta — ao ledo engano em que persistem as obcecações de tipo patrioteiro, à «brigadeiro Chagas». No entanto, a despeito de tudo, tais pruridos sentimentais teimosamente resistem e levam sempre ao formular da interrogação: qual será, de facto, em pontos controversos como este, a definitiva verdade?

Muito mais apetecia dizer em louvor desta obra, enroupada, para sua maior valia, em primores gráficos a que não estamos muito habituados. Mas trata-se de um trabalho sem data, daqueles que a acção dos anos, longe de diminuir, maior fascínio empresta a cada nova leitura. E, porque assim pensamos, é que também não punge tanto o pesar de só agora (embora por razões imponderáveis) falarmos um pouco dele — e de tão tardiamente agradecermos ao seu A. a oferta, verdadeiramente fidalga, do exemplar com que quiz, na altura própria, honrar a nossa Biblioteca.

Th. de M. J.

Giorgio del Vecchio: *Direito e Paz*. Ensaios. Trad. port. — 247 pp. Livraria Cruz, Braga, 1968.

Parecer-nos-iam supérfluos quaisquer comentários com que pretendessemos acolher a recente publicação desta obra. Para referenciá-la, bastará o nome do seu A., jurista insigne, de renome mundial, e que foi, verdadeiramente, o criador da moderna filosofia do direito.

Só nos cabe, portanto, aplaudir a iniciativa da sua versão (aliás primorosa) agora feita ao português, garantindo deste modo uma mais vasta audiência, entre nós, para os ensaios nela reunidos e que lá fora foram de há muito consagrados, por abordarem com indiscutível autoridade alguns dos mais graves problemas que afectam o nosso tempo.

Diz-se, nas palavras com que abre o volume e prefiguram desde logo o seu conteúdo, que o Mestre se mostra intransigentemente um «soldado prático» dos grandes ideais de justiça que o inspiram. E assim é, com efeito. Ao longo dos seus capítulos, qual deles o de mais candente actualidade, escuta-se a voz, firmemente articulada, de alguém que, *au dessus de la mêlée*, postula princípios e propugna soluções à luz de um critério unicamente jurídico e sempre em plena liberdade, com aquela isenção que é bem a flor rara destes tempos passionais.

A conceituada Livraria Cruz, de Braga, agradecemos a oferta desta sua edição, realizada com o apuro que era decerto, para o caso, o mais condigno.

Th. de M. J.

Jorge Miranda: *Contributo para uma teoria da inconstitucionalidade*. Nota preliminar de Marcello Caetano — 301 pp. Lisboa, 1968.

São raros, entre nós, os estudos sobre direito constitucional, que lá fora, em contraste, contaram desde sempre com uma vasta e rica bibliografia.

Para remediar, em compreensíveis limites, tal escassez, quiz o A. abandonar-se à abordagem do tema e ao equacionar dos problemas dele decorrentes, na dissertação apresentada ao Curso Complementar de Ciências Jurídicas, em 1967. E é o resultado da sua aplicação a monografia há pouco publicada e agora aqui apreciada em breve referência.

É claro que, em terreno de tão acidentada orografia — sujeito ainda a tantos fenómenos de instabilidade — não poucas das suas zonas ficaram por delimitar e esclarecer. E disto mesmo adverte o eminente Prof., nas breves palavras com que patrocina o trabalho e o inculca merecidamente à atenção dos leitores.

Mas tal não impede que ele se apresente rico de sugestões, quando não de inspiração própria, apoiadas geralmente, a dar fé pela bibliografia consultada, na lição dos mais notáveis cultores estrangeiros da matéria — tão certo é nós continuarmos sendo (neste, como em tantos outros aspectos) meros caudatários do que lá por fora vai surgindo e firmando doutrina.

A crédito do A. há, no entanto, que levar a demonstração de qualidades, não já promissoras mas francamente positivas — como sejam a maturidade de raciocínio e a segurança e clareza da exposição —, as quais não são comuns e transcendem desde logo a feição de pura escolaridade que esteve na origem do seu trabalho.

Agradecemos a oferta ao seu A., a quem fácil é augurar os melhores triunfos nas tarefas docentes a que os seus méritos — e as brilhantes provas já prestadas — certamente o destinam.

Th. de M. J.

João José Garcia de Freitas & Joaquim Soares Teles: *Código da Contribuição Industrial anotado* — 326 pp. Atlântida, Coimbra, 1968.

Mais um volume que se insere nesta «Biblioteca Jurídica» da Atlântida Editora, cujo prestígio cresce na razão directa das suas sucessivas realizações.

Este, que é o 6.º, em nova edição actualizada, constitui um desenvolvido comentário às recentes disposições sobre a contribuição industrial, feito pelos AA. com a autoridade que deriva tanto das funções especializadas que ambos desempenham, como dos trabalhos anteriores, igualmente meritórios, a que ligaram já os seus nomes.

Antes de entrarem no que é propriamente a essência prática da obra, dão-nos eles como pòrtico adequado, uma bem perspectivada notícia histórica sobre tal contribuição no nosso País, seguindo-se-lhe a sùmula de algumas ideias mestras que informam o actual sistema tributário no qual esta matéria se integra.

Diz-nos a experiência que a consulta de trabalhos sèriamente ordenados, como o presente, torna mais fácil a navegação por águas tão densas, e por vezes tão curvas como são as de toda a matéria fiscal — navegação, ao contrário, procelosa, cortada a cada passo de escolhos e de incertezas, quando não é de velame seguro a nau de socorro em que se embarca.

Th. de M. J.

Alberto Catarino Nunes: *Código do Registo Predial anotado* — 569 pp. Atlântida, Coimbra, 1968.

Estamos em presença de um trabalho realizado em moldes diversos daqueles que é frequente adoptar entre nós. E estes são, como se sabe, o da reprodução estreme, tanta vez verificada, do texto dos códigos, ou, quando muito, com o acréscimo de algumas anotações parcimoniosas — se não, *et pour cause*, suficientemente cautelosas...

Trata-se agora aqui, ao invés, de um verdadeiro comentário, conduzido com o desenvolvimento e a firmeza de critério que muitas das suas complexas disposições a cada passo exigem do intérprete e, ainda mais, do simples consulente.

Bastará referir que os três primeiros artigos do diploma em estudo, que delimitam as fronteiras objectivas do instituto do registo predial, ocupam 200 páginas do volume e as restantes se apresentam recheadas de observações e de esclarecimentos que abonam em igual medida a competência do A. e a devotada dedicação à função que exerce.

Significa o que fica dito, sem necessidade de outras ociosas considerações, que a consulta desta obra poderá ser feita com a confiança de que resultará sempre um maior proveito — que é o fim para que deve tender, muito naturalmente, a publicação de trabalhos desta natureza.

Edição — mais uma — da Atlântida Editora, de Coimbra, há muito e estreitamente ligada à empresa de divulgação da nossa literatura jurídica.

Th. de M. J.

João de Matos: *Manual do arrendamento e do aluguer*. Vols. I e II — 395 pp. e 324 pp. Livraria Fernando Machado, Porto, 1968.

Em dois densos volumes desenvolve o A. este estudo consciencioso, de marcada feição prática, acerca de uma matéria que já foi objecto de anterior trabalho seu e conheceu na altura a melhor aceitação.

Idêntico acolhimento está, sem dúvida, reservado a este de agora, já que se trata de um instituto da maior complexidade e importância — com fundas incidências sociais e uma permanente repercussão nos tribunais —, já que o aprofundamento das implicações dele derivadas é criteriosamente contemplado e tendo já em atenção as disposições de fresca data, trazidas com o advento do novo Código Civil.

Com esta sua obra, o distinto magistrado põe assim à disposição dos profissionais do foro e dos interessados — que são o público em geral — um útil instrumento de consulta, que muito auxiliará ao esclarecimento dos incidentes, incontáveis e de toda a espécie, a que estes pleitos a cada passo dão lugar.

E diz-se público em geral, muito propositadamente, pois a verdade é que, dada a sua frequência, ninguém pode saber quando e em que circunstâncias se verá envolvido em tais litígios, seja na qualidade de locatário, seja na de locador — que são eles, empregando a terminologia agora adoptada, os dois intérpretes, em mutação rotativa, dessas representações de cartaz firme e de modesta ou aparatosa montagem...

A cada editora — Livraria Fernando Machado, do Porto — se agradece a oferta do exemplar recebido.

Th. de M. J.

OBRAS RECEBIDAS NA REDACÇÃO

* *Acção*. Junta da Acção Social, Ministério das Corporações e Previdência Social, Lisboa. Director: Manuel Jorge Froença.
— Ano de 1968.

* *Acidente (O)*. Ministério das Corporações e Previdência Social, Lisboa. Director: Afonso Botelho.
— Ano de 1968.

* *Acórdãos Doutrinários do Conselho Ultramarino*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
— Não se recebeu (último ano recebido: 1965)

* *Acórdãos Doutrinários do Supremo Tribunal Administrativo*, Lisboa. Director: António Simões Correia.
— Ano 7, nn. 73 a 84, Jan. a Dez. 1968.

* *Acórdãos da Relação de Lourenço Marques*. Serviço de Justiça do

Ultramar. Distrito Judicial e Tribunal da Relação de Lourenço Marques.
— Ano 30, 1960/63.

* *Acórdãos do Tribunal da Relação de Luanda*. Organização, sumários e índices do desembargador Deodato Coutinho, Luanda.
— Ano de 1966.

Actas da Câmara Corporativa. Lisboa.
— IX Legislatura, ano de 1968.

* *Anais Portugueses de Psiquiatria*. Directores: Barahona Fernandes, Pedro Polónio e J. Seabra-Dinis.
— Ano 19, n. 16, Dez. 1967.

* *Análise Social*. Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa. Director. J. Pires Cardoso.

— Vols. 5 e 6, nn. 18 a 21, 2.º trim. de 1967 a 1.º trim. de 1968.